



DOSSIÊ

Marielle Franco fiorisce in tutti noi

Um olhar italiano sobre a herança das lutas de Marielle Franco (e muitas outras)

Alessia Di EUGENIO, *Università di Bologna*

Uma enorme quantidade de ações e iniciativas se multiplicaram na Itália para homenagear a memória e a história de luta e de vida de Marielle Franco, após o seu assassinato. Se a narrativa sobre o caso pessoal de Marielle e a sua potente figura pode ter descuidado o contexto específico carioca ligado ao motivo da sua “execução política”, é inegável que a potência da sua herança está no feito de ter se tornado um símbolo transnacional do feminismo interseccional que combate, conjuntamente, sexismo, racismo, homofobia e transfobia, desigualdade econômica, criminalização da pobreza e diferentes formas de neocolonialismo. Na Itália, onde existe uma longa história de negação do passado colonial, um difícil surgimento de vozes afroitalianas e onde os discursos e temas feministas são sempre mais instrumentalizados para fortalecer propagandas racistas contra imigrantes, a história da luta de Marielle Franco teve uma forte ressonância: a sua força no caminho de visibilização das lutas e vozes feministas afrodescendentes representou um importante exemplo pelas redes feministas nacionais e transnacionais.

PALAVRAS-CHAVE: Feminismo afroitaliano. Feminismo interseccional. Marielle Franco.



Na Itália, nos dias que seguiram o assassinato de Marielle Franco, uma enorme quantidade de artigos nos jornais, fotos, posts e vídeos viajaram rapidamente. Viajaram para informar da sua morte e para contar quem era Marielle Franco. Embora quase ninguém conhecesse a vereadora brasileira, a consternação e a indignação foram imensas. O grande carisma de Marielle, a força da sua presença e a história da sua luta impressionaram e foram capazes, em poucos dias, de suscitar raiva e revolta no mundo inteiro.

Nos meses que seguiram, na Itália, foram organizadas muitas ações e manifestações para reclamar justiça e protestar contra o seu homicídio político. Ao mesmo tempo proliferaram, até hoje, iniciativas para homenagear Marielle e contar, de formas diferentes, a sua história de vida e de luta em relação à situação brasileira e carioca. A jornalista Agnese Bizzari publicou o livro *Marielle Presente!* (livro escolhido como primeira publicação de uma nova editora feminista), viajando e entrevistando os amigos, a família da Marielle e a sua companheira Monica Benicio; a cantora Manu Napolitano escreveu uma música para ela, *Muitas Marias (Molte Marie)*; a atriz Anna Macrì criou, com outros atores e músicos, um espetáculo intitulado *Cria da Maré – Marielle Franco, una donna, la politica, l'amore*; a autora de transmissões radiofônicas Chiara Tagliaferri e a escritora feminista Michela Murgia incluíram a história de Marielle no projeto de podcast *Morgana*, dedicado às mulheres revolucionárias, contracorrentes e difíceis de contar; na província de Vicenza surgiu uma pequena escola de italiano para imigrantes que tomou o nome de “Escola Marielle Franco” em memória da luta de Marielle para políticas educativas e inclusivas; o artista de rua Alessio “Bolo” Bolognesi (do coletivo artístico *Vida Krei*) pintou um enorme graffiti de Marielle na cidade de Ferrara, que também hospedou Monica Benicio num encontro que foi parte do último festival da revista *Internazionale*. Esses são apenas alguns exemplos da grande quantidade de homenagens, eventos e obras que surgiram para saudar a coragem, o empenho e a luta de Marielle.

Em particular, na Itália o movimento *Non una di meno* contribuiu muito para que fosse conhecida a história de Marielle. A ativista brasileira se tornou um forte símbolo de feminismo interseccional, que compreende e inclui nas lutas e nos discursos as múltiplas condições de opressão e dominação, além da condição específica de gênero: a classe, a raça, a orientação sexual, a etnia, a religião etc. Marielle era uma mulher negra, favelada, lésbica, mãe,



ativista pelos direitos humanos, além de ser – e sobretudo por ser – uma mulher feminista. A sua luta era contra o sexismo, o racismo, a homofobia e transfobia, a desigualdade econômica e a criminalização da pobreza. Um símbolo do que deveria ser hoje uma verdadeira luta por um mundo de igualdade, de *todos* os pontos de vista.

Nesse aspecto é evidente a força evocativa de Marielle Franco, tornada símbolo da capacidade de conectar, com grande força e determinação, todas essas lutas. Todavia, afirma Michela Pusterla numa entrevista a Daniela Albrecht¹, o feito de ter criado, na Itália (mas também no Brasil), uma narrativa sobre o caso pessoal de Marielle e sobre a sua potente figura, pode ter descuidado o contexto específico carioca, ligado à militância de Marielle, que foi a causa da sua “execução política” (atentado), como a definiu o cientista político Giuseppe Cocco numa entrevista². Ele afirma que Marielle não constituía uma ameaça direta do ponto de vista judicial ou policial pela máfia do poder, e é exatamente por isso que esse assassinato pode ser considerado uma explicitação da dimensão política do conjunto mafioso que domina o Rio de Janeiro. Cocco afirma que tem três motivos principais que levaram à essa execução. O primeiro é que Marielle era uma militante do PSOL de Rio de Janeiro que, diferentemente do PSOL nacional, foi capaz de se constituir como força eleitoral consistente e de oposição ao consórcio político-mafioso dos grandes partidos; o segundo é que Marielle era a expressão de uma nova geração de negros e pobres das favelas ligada a novos movimentos sociais que lutaram e obtiveram resultados e força autonomamente; o terceiro é que o assassinato aconteceu no âmbito da intervenção federal no Rio de Janeiro, decretada pelo ex-presidente Temer. Este aspecto, como afirma também Daniela Albrecht, é central e explica porque uma grande parte da imprensa tentou usar instrumentalmente a morte da Marielle para justificar a necessidade da intervenção militar nas favelas, que é o oposto do que ela queria. A estratégia de contar Marielle como uma “self-made woman”, focando na sua história de emancipação pessoal, tinha o objetivo de afastar e apagar a natureza política da sua vida e militância.

1 Disponível em: <http://effimera.org/marielle-presente-intervista-daniela-albrecht-michela-pusterla/> (ultimo acesso: 7/12/2019).

2 Disponível em: <http://effimera.org/brasile-lomicidio-marielle-franco-intervista-giuseppe-cocco/> (ultimo acesso: 7/12/2019).



Dos três aspectos apresentados e ligados ao assassinio, apenas o segundo, relativo à força dos movimentos sociais de que Marielle fazia parte, ganhou uma real ressonância fora do Brasil. E, de fato, as análises que saíram na Itália focando na experiência *especificamente* brasileira de Marielle – por exemplo um artigo que saiu com o título “O Brasil não é um país para mulher”, querendo analisar as (tristes) especificidades da sociedade brasileira – não eram reconstruções detalhadas do contexto político local que levou ao assassinado, mas considerações gerais do contexto sociocultural brasileiro.

Todavia, apesar dessas considerações, achamos que a força que podia ter e teve a figura de Marielle Franco, sobretudo fora do Brasil, está exatamente nesse poder de “alimentação” de lutas feministas transnacionais e interseccionais, contra todas as injustiças e discriminações das sociedades. Este aspecto, talvez mais do que as posições específicas tomadas por Marielle num contexto político particular, são a herança mais potente da sua luta. E esse aspecto, de fato, adquiriu um significado ainda mais importante e potente num contexto bem diferente como o italiano e o europeu.

Em particular neste momento histórico, os discursos feministas e LGBTQ+ estão sendo incorporados, manipulados, re-significados e usados de forma conservadora para criar uma imagem democrática de governos autoritários e coloniais (é o que foi chamado de “pinkwashing”; o caso mais flagrante é o do estado de Israel) ou para alimentar propagandas políticas nacionalistas ou/e islamofóbicas. Nicola Perugini e Neve Gordon, no texto *The human right to dominate* (2014), abordam a questão mais geral das contradições do uso dos discursos de defesa de direitos em alguns contextos específicos e citam um caso dessa recente apropriação: a francesa Marin Le Pen que defende os direitos das mulheres numa campanha contra os muçulmanos. Embora essa discussão política começou vários anos atrás no âmbito feminista³, sob a forma de uma crítica ao feminismo branco e ocidental que reproduz formas de paternalismo e colonialismo cultural contra as mulheres e os homens não-ocidentais, agora parece ultrapassar o espaço feminista e se tornar um cavalo de batalha de grupos conservadores e reacionários que promoveram desde sempre um certo discurso de inferioridade – e até de ódio – da mulher. Para nomear essa estranha interseção e enquadrar a

³ Sobretudo graças ao trabalho e ao nascimento de movimentos feministas de mulheres negras.



sua lógica econômico-política até surgiu o novo termo de “Femonacionalismo”, cunhado pela professora Sara R. Farris no recente livro *In the name of women’s rights. The rise of femonationalism* (2017). Analisando três países europeus (Países Baixos, França e Itália) e os programas políticos específicos de três partidos (o *Partij voor de Vrijheid* dos Países Baixos, o *Front National* da França e a *Legha Nord* da Itália), a autora mostra como e porque se configurou essa forma de instrumentalização e essa mudança de perspectivas e discursos. Se, em geral, é a estrutura econômico-política neoliberal que institucionaliza a ideologia femonacionalista para reorganizar a esfera social produtiva e reprodutiva (Farris, 2019, p. 25), é também inegável que uma grande parte da responsabilidade é atribuível, especialmente, às feministas/“femocratas” ocidentais que defendem a ideia de que as mulheres não-ocidentais são menos emancipadas, sujeitos passivos desprovidos de *agency* e parte de uma cultura subdesenvolvida do ponto de vista cultural e dos direitos das mulheres. Por esta razão, muitas feministas estão lutando contra este neocolonialismo e afirmando a necessidade de uma descolonização do pensamento feminista, tomando como exemplo as lutas e os movimentos – que estão crescendo em vários lugares do mundo não europeu – que conseguem promover uma interseccionalidade das lutas e uma crítica conjunta ao sexismo, racismo e capitalismo (o maior exemplo é a transnacionalidade do movimento *Ni una menos*, que nasceu na Argentina). De fato, como afirma a feminista francesa Françoise Verger, «le femministe decoloniali vedono che in America del Sud, in Asia in Africa si lotta contemporaneamente contro il neoliberalismo, contro il femminicidio, per i diritti dei popoli autoctoni a stare sulla propria terra, e vedono come tutto questo si interseca»⁴.

Na Itália, as dinâmicas de apropriação de temas feministas num sentido racista tomam uma forma ainda mais específica e ligada à história nacional. Diferentemente de outros países europeus em que já há muitas gerações de imigrantes, aqui aquelas que eram chamadas de “segundas gerações” – jovens e adultos que nasceram na Itália, filhos de imigrantes – ainda hoje são consideradas com desconfiança, sofrendo discriminações e racismo e não tendo nenhum tipo de reconhecimento

4 Tradução: “as feministas decoloniais veem que na América do Sul, na Ásia, na África se luta contemporaneamente contra o neoliberalismo, contra o feminicídio, pelos direitos dos povos autóctones de viver na própria terra, e veem como tudo isso se intersecta”. Entrevista a Françoise Verger disponível em: <https://www.infoaut.org/approfondimenti/rompere-il-ricatto-introduzione-intervista-a-francoise-verges-sul-femminismo-decoloniaale> (07/12/2019).



institucional, ou seja, não tendo a possibilidade de obter a cidadania italiana apesar de falar italiano como língua materna e de ter nascido e crescido na Itália (por causa de uma lei ainda baseada no princípio do parentesco e do “sangue” – *ius sanguinis* – e não da terra de nascimento – *ius soli* –). Esta situação, juntamente com uma grande presença de discursos racistas e conservadores por parte de vários partidos (neofascistas) de direitas sobre a “emergência imigração”, a “invasão”, a “substituição étnica” etc., produzem um estado latente de medo e de forte racismo. E também no âmbito dos discursos e das posições feministas esta situação revela uma fratura significativa, como escreve Sara Farris no importante texto organizado por Gaia Giuliani, *Il colore della nazione*⁵. Por um lado, há feministas como Giuliana Sgrena que consideram o Islã uma religião misógina, contra a emancipação das mulheres, e defendem a ideia da superioridade da cultura ocidental no âmbito dos direitos das mulheres. Por outro lado, há outras feministas como Annamaria Riveira que criticam essa generalização, alertando contra as suas implicações injustas e racistas e afirmando a necessidade de apoiar as mulheres migrantes e muçulmanas numa perspectiva feminista interseccional, sem tomar posições paternalistas.

Nesta direção, sobretudo nos últimos dez anos, começou um trabalho intenso de muitas feministas italianas de origem magrebina, somali, etíope etc. (afroitalianas) para tomar a palavra pessoalmente e combater contra o sexismo e o racismo ligados a imagens patriarcais e coloniais, legado da mentalidade fascista italiana. Na Itália, a história colonial foi removida da nossa memória histórica coletiva. A propaganda fascista antes e a historiografia oficial depois construíram o mito dos “italiani, brava gente”, de um colonialismo *diferente*, indulgente, benfeitor e não racista como os outros “verdadeiros” colonialismos europeus (em particular o francês e inglês). Os primeiros historiadores que trabalharam sobre a história da Itália fascista nas colônias de Etiópia, Eritreia, Líbia e Somália em particular, como Angelo Del Boca, foram por muito tempo prejudicados e censurados. Apenas em 2011 foi feito o único e primeiro filme italiano sobre a colonização, *Inconscio Italiano* de Luca Guadagnino, utilizando os arquivos italianos do

⁵ O livro analisa os discursos sobre a raça depois de 1945, ou seja, a partir da libertação do fascismo na Itália.



*Istituto Luce*⁶ (que nunca foi distribuído). A remoção dessa história colonial, e do seu legado de fascismo, racismo e sexismo (a sexualização da terra da África e das “africanas” era um aspecto fortemente presente na propaganda fascista para recrutar jovens italianos pela campanha de ocupação e aproveitamento econômico da África), representa hoje um grande obstáculo – entre outros – para reconhecer as nossas dívidas, repensar a nossa “identidade”, possibilitar a desconstrução dos legados dessa mentalidade e enfrentar de forma diferente os desafios da construção de uma sociedade igualitária, que compreenda e inclua todas as diferentes histórias de imigração.

As feministas, na Itália, reconheceram esse desafio e a necessidade de uma luta verdadeiramente interseccional que enfrente, conjuntamente, sexismo, racismo e outras formas de discriminação. Nos últimos quinze anos proliferaram livros, romances (a literatura foi pioneira nesse sentido), ensaios, grupos de pesquisa, eventos públicos ligados à visibilização dessa história e dessas *presenças* (afroitalianas e não somente), ativas e combativas, na sociedade italiana. Mas estas lutas e esses movimentos ainda são, demasiadas vezes, considerados minoritários e pouco visíveis. Apesar de não ser realmente assim, essa percepção é também parte da dificuldade de deslegitimar a mentalidade neofascista, de uma parte da sociedade italiana, que luta para restabelecer continuamente uma divisão entre um “nós italianos/as, brancos/as e cristãos/as” e um “eles/elas”, negando e constantemente culpabilizando todo o que não reconhece como “verdadeiramente” italiano. O papel das mulheres, nesse desafio, é fundamental porque é a ordem colonial e patriarcal que representa o principal obstáculo às políticas de luta contra esses velhos e novos fascismos.

Citamos um exemplo significativo desta necessidade de lutas e vozes femininas e de narração de histórias que visibilizem identidades, condições e origens múltiplas das mulheres: um livro, publicado em 2019, que se intitula *Future. Il domani narrato dalle voci di oggi* (organizado pela jornalista e escritora ítalo-somali Igiaba Scego). A palavra inglês “future” é também o plural feminino italiano de futuro, “as futuras”. De fato, o livro quer ser um novo “J’accuse” de mulheres ativistas italianas de várias gerações e países de origens (Somália, Marrocos, Gana, Haiti, Senegal, Etiópia, Burkina Faso, Tunísia, Cabo

6 O *Istituto Luce* é a mais antiga instituição pública italiana destinada a difusão cinematográfica, para fins didáticos e informativos, no mundo inteiro. Foi criado em 1924, durante o fascismo, e foi um potente instrumento de propaganda do regime.



Verde etc.) contra uma nação que «guardandoci per la prima volta negli occhi non ci ha riconosciuto come roba sua»⁷ (Scego, 2019, p. 11), mas também um «inno di amore per un futuro che desideriamo diverso»⁸ (Scego, 2019, p. 17). Este livro contém onze contos, escritos por diferentes mulheres segundo uma perspectiva e um estilo pessoal, que falam de futuro a partir do presente distópico italiano. É um livro militante, escrito por ativistas e feministas que denunciam a falta de afrodescendentes na política, nas universidades, nos lugares de produção de saber e de privilégio e, ao mesmo tempo, afirmam a presenças dos seus corpos, dos seus olhares e saberes e a necessidade de amplificá-los para combater as “narrativas de sentido único” que permeiam a sociedade italiana. Interessante é o fato que a organizadora do livro escolheu colocar contributos diferentes, incluindo alguns textos escritos por mulheres brancas de origem não africana que porém são consideradas “preciosas aliadas” por ter decidido escrever, pesquisar e combater para essa visibilização. Também é interessante a escolha da autora que escreveu o posfácio do texto, Prisca Augustoni, professora italiana da Universidade de Belo Horizonte, mãe de filhos afrodescendentes no Brasil. Augustoni fechou o texto propondo uma reflexão sobre o percurso de luta e visibilização das culturas e histórias das mulheres negras no Brasil, sobretudo (mas não apenas) através da literaturas e das artes em geral. A autora descreve essas vozes afrobrasileiras como unidas num coral, «una comunità porosa di donne che si danno la mano, lo sguardo rivolto verso il futuro e la memoria viva del loro passato, pronte a difendere quanto conquistato [...]»⁹ (Augustoni, 2019, p. 221) e lembra quanto Marielle Franco representa simbolicamente por todas elas. Além disso, escrevendo parte da história do longo percurso de afirmação afrobrasileiro (com todas as suas especificidades), mostra também o forte paralelismo que há com o processo que está unindo, de maneira sempre mais ativa, muitas mulheres feministas, afrodescendentes e migrantes na Itália contra o patriarcado e as discriminações de várias naturezas. Essas vozes femininas alimentam um «comune territorio simbolico e semiotico che è quello della diaspora africana nel mondo, quella del passato e quella del

7 Tradução: “nos olhando pela primeira vez nos olhos, não nos reconheceu como coisa sua”.

8 Tradução: “hino de amor por um futuro que desejamos que seja diferente”.

9 Tradução: “uma comunidade porosa de mulheres que apertam as mãos, o olhar virado para o futuro e a memória viva do seu passado, prontas para defender o que foi conquistado”.



presente»¹⁰ (Augustoni, 2019, p. 221). Esse território em comum é o que constitui e fortalece a luta transnacional feminista hoje e é também o que possibilita um olhar interpretativo múltiplo e complexo sobre o mundo contemporâneo, sobre os fluxos migratórios e as vozes e corpos que reclamam justiça e igualdade.

Esse texto e as lutas que estão atrás dele mostram bem porque a Itália precisa muito de histórias que visibilizem identidades múltiplas afrodescendentes e migrantes e porque precisa de narrativas alternativas, de histórias de luta e esperança contra o legado dos colonialismos racistas e sexistas e contra a estrutura patriarcal do capitalismo mundial. Isso explica também porque a história e a figura de Marielle despertaram tanto interesse e se tornaram um símbolo inspirador de tal força: um poderosíssimo exemplo no caminho de visibilização das lutas e vozes feministas afrodescendentes.

“Marielle Franco fiorisce in tutti noi”¹¹, como recitava um cartaz italiano para Marielle.

Referências

ALBRECHT, Daniela, *Entrevista*, disponível em: <http://effimera.org/marielle-presente-intervista-daniela-albrecht-michela-pusterla/>.

AUGUSTONI Prisca, Una comunità porosa, in Igiaba Scego (org.), *Future. Il domani narrato dalle voci di oggi*, Firenze, Effequ, 2019, pp. 213-221.

COCCO, Giuseppe, *Entrevista*, Disponível em: <http://effimera.org/brasile-lomicidio-marielle-franco-intervista-giuseppe-cocco/>

FARRIS, R. Sara, *In the name of women's rights. The rise of femonationalism*, Duke University Press, 2017.

GIULIANI, Gaia (org.), *Il colore della nazione*. Milano, Mondadori, 2015.

10 Tradução: “comum território simbólico e semiótico que é o da diáspora africana no mundo, a do passado e a do presente”.

11 Tradução: “Marielle Franco floresce em todos nos”.



PERUGINI Nicola e GORDON Neve, *The Human Rights to Dominate*, Oxford University Press, 2014.

SCEGO, Igiaba (org.), *Future. Il domani narrato dalle voci di oggi*, Firenze, Effequ, 2019.

VERGER, François, *Entrevista*, disponível em: <https://www.infoaut.org/approfondimenti/rompere-il-ricatto-introduzione-intervista-a-francoise-verges-sul-femminismo-decoloniale>.



Marielle Franco fiorisce in tutti noi: un regard italien sur l'héritage des luttes de Marielle Franco (et beaucoup d'autres)

RÉSUMÉ: Un nombre énorme d'actions et d'initiatives se sont multipliées en Italie pour honorer la mémoire et l'histoire de lutte et de vie de Marielle Franco, après son meurtre. Si la narration sur le cas personnel de Marielle et sa puissante figure a pu négliger le contexte spécifique de Rio de Janeiro lié à la cause de son "exécution politique", il est indéniable que la puissance de son héritage réside dans le fait qu'elle est devenue un symbole transnational du féminisme intersectionnel qui lutte conjointement contre le sexisme, le racisme, l'homophobie et la transphobie, les inégalités économiques, la criminalisation de la pauvreté et les différentes formes de néocolonialisme. En Italie, où il y a une longue histoire de déni du passé colonial, une émergence difficile de voix afro-italiennes et où les discours et thèmes féministes sont de plus en plus instrumentalisés pour renforcer la propagande raciste contre les immigrants, l'histoire de la lutte de Marielle Franco a fortement résonné: sa force dans le but de rendre visibles les luttes et les voix féministes d'origine africaine a donné un exemple important aux réseaux féministes nationaux et transnationaux.

MOTS-CLÉS: Féminisme afroitalien. Féminisme intersectionnel. Marielle Franco.

Alessia Di EUGENIO

É atualmente pesquisadora no Departamento de Línguas, literaturas e Culturas modernas da Universidade de Bolonha e trabalha sobre a memória feminina da ditadura militar brasileira. Doutora em Estudos Literários e Culturais em 2018 com uma tese sobre a teoria da Antropofagia e suas repercussões contemporâneas na interseção entre Filosofia, Literatura e Estudos Culturais. Mestre em Filosofia em 2014 com uma dissertação intitulada La teoria dell'Antropofagia di Oswald de Andrade. Divorando il pensiero occidentale da una modernità periferica. Realizou períodos de estudo e estágios de pesquisa na Universidade Paris 1 Panthéon-Sorbonne e na Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Recebido em: 29/12/2019

Aprovado em: 12/10/2020